

## Reforma, missão e política: dimensões esquecidas

*Reform, mission and politics: forgotten dimensions*

Valério Guilherme Schaper  
EST, RS, Brasil.

Roberto Ervino Zwetsch  
EST, RS, Brasil.

### Resumo

O presente artigo tem por objetivo refletir duas questões atuais na teologia desde o ponto de vista da teologia da Reforma, cujos 500 anos foram celebrados em 2017. O desafio é retomar algumas das balizas do movimento que transformou a igreja e o mundo no início do século XVI, desde uma perspectiva crítica e prospectiva. À primeira vista, os dois temas - missão e política - não parecem se apresentar no fulcro dos debates que o movimento suscitou. Mas em nossa abordagem vamos tentar demonstrar a pertinência de ambos para um debate justo sobre a “dimensão política da fé cristã”. E vamos fazê-lo acessando o que se poderia chamar de subterrâneos da experiência da vida de fé e da experiência religiosa. O artigo vai propor o tema em três tópicos: um primeiro sobre o sentido do movimento da Reforma e suas consequências para igreja e sociedade; na sequência debater a possível ausência da ideia de missão na teologia da Reforma, especialmente em Lutero; por fim, a pergunta pela política como espaço de incidência da fé e sem a qual o amor proclamado a partir da fé se torna discurso inócuo.

### Abstract

This article aims to reflect on two current issues in theology from the point of view of Reformation theology, whose 500 years were celebrated in 2017. The challenge is to retake some of the beacons of the movement that transformed the church and the world at the beginning of the century XVI from a critical and prospective perspective. At first glance, the two themes - mission and politics - do not appear to be at the heart of the debates that the movement has aroused. But in our approach we will try to demonstrate the relevance of both to a fair debate on the "political dimension of the Christian faith." And we will do so by accessing what might be termed underground from the experience of life of faith and of religious experience. The article proposes the theme in three topics: a first on the meaning of the Reformation movement and its consequences for church and society; in sequence, to discuss the possible absence of the idea of mission in the theology of the Reformation, especially in Luther; and finally, the question of politics as an area of incidence of faith and without which the love proclaimed from faith becomes an innocuous discourse.

### Palavras-chave

Reforma.  
Missão.  
Política.  
Subterrâneo da fé religiosa.

### Keywords

Reformation.  
Mission.  
Politics.  
Underground of religious faith.

## Introdução

O debate em relação ao movimento da Reforma Protestante do século 16, cujos momentos iniciais foram as *95 Teses sobre as indulgências* pelo monge Martin Lutero, em 31 de outubro de 1517, na Igreja do Castelo em Wittenberg, Alemanha, esseve em alta nos últimos anos, em virtude da celebração dos 500 anos (1517-2017) do evento que transformou a igreja e a sociedade da época. Mas os desafios que esse evento histórico acarreta para a história e a teologia continuam a levantar interrogações a quem estuda e se propõe retirar do baú da história tesouros nele escondidos.

Com esse artigo nos propomos refletir sobre duas questões atuais da teologia desde a perspectiva do movimento da Reforma, isso é, missão e política. Visamos a retomar algumas das balizas do movimento, que, iniciado em outubro de 1517, teve repercussões para muito além daquele momento. Entretanto, procuramos fazê-lo desde uma perspectiva crítica e prospectiva.

À primeira vista, os dois temas - missão e política - não parecem se apresentar no fulcro dos debates que o movimento suscitou. Mas, em nossa abordagem, vamos tentar demonstrar a pertinência de ambos para um debate justo sobre a “dimensão política da fé cristã”. E vamos fazê-lo acessando o que se poderia chamar de *subterrâneos* da experiência da vida de fé e da experiência religiosa. O artigo desenvolve o tema em três tópicos: um primeiro, sobre o sentido do movimento da Reforma e suas consequências para igreja e sociedade, basicamente a partir da compreensão da Palavra de Deus e sua relação com a ação do Espírito Santo. Na sequência, debatemos a possível ausência da ideia de missão na teologia da Reforma, especialmente em Lutero; por fim, a pergunta pela política como espaço de incidência da fé e sem a qual o amor proclamado a partir da fé se torna discurso inócuo.

## Reforma - um movimento em favor do evangelho libertador

Um dos desafios na análise do impacto do movimento da Reforma do século 16 é, sem dúvida, a sua reivindicação da centralidade da Palavra de Deus, e tal

centralidade na sua relação com o Espírito Santo. Dessa relação dialética decorre a autoridade da Palavra de Deus para a vida da igreja e a proclamação do evangelho que liberta e salva.

#### Em busca da palavra

A Reforma não é uma pessoa, mas são pessoas. Foi e é um movimento! Suas raízes remontam ao século XII, quando Pedro Valdo, em 1176, iniciou um modo de vida e de pregação que originaram o grupo dos “pobres de espírito” e, mais tarde, a Igreja Valdense. Valdo traduziu a bíblia para o franco-provençal. Em 1182, Giovanni di Bernardone, que ficou conhecido como Francisco de Assis, renunciou a tudo e iniciou um modo de vida simples e dedicado à pregação do evangelho, que se tornou, mais tarde, a Ordem dos Franciscanos. Ele queria que a regra da ordem fosse uma singela compilação de textos dos evangelhos. Em 1376, John Wycliffe deu a conhecer ao mundo suas ideias que enfatizavam que Deus é Senhor de tudo e que a Escritura é a única norma da Igreja. Ele traduziu a Bíblia para a língua inglesa. Entre os anos 1400 e 1415, Jan Huss, inspirando-se em Wycliffe, preocupava-se em divulgar o Evangelho na língua do povo tcheco, enfatizando a ideia do sacerdócio geral de todas as pessoas crentes.

Evidencia-se, em cada um desses momentos marcantes, a centralidade que cobrava a Escritura como fonte de autoridade. Cada um desses personagens, a seu modo, reivindicava a centralidade da Palavra de Deus. Os diversos grupos desse amplo movimento de reforma nada mais pretendiam do que libertar, desocultar, desobstruir a leitura da Bíblia. Em outras palavras, fazer com que a Igreja retornasse à sua referência fundamental: a Escritura.

O movimento da Reforma é, fundamentalmente, uma “redescoberta”. O Evangelho do Nosso Senhor Jesus Cristo estava encoberto por séculos de interpretações bem-intencionadas. O encobrimento deveu-se ao esforço de proteger a Bíblia contra interpretações que podiam, segundo a compreensão dominante, gerar “heresias”! Devido a tal perspectiva, era preciso criar um dique, uma proteção para evitar distorções na interpretação da Bíblia (os pais da igreja já falavam de “regula fidei” - conjunto padrão de princípios que garantiam interpretações ortodoxas). A preocupação por um tipo de proteção que coibisse desvios tornou-se a própria razão de ser do cristianismo.

Não foi outra motivação que levou Martinho Lutero a insistir, a partir de 1517, na centralidade da Palavra de Deus. Curiosamente, nas conversações com o Cardeal Caetano de Vio, em 1518, e no debate com Johan von Eck, em Leipzig, em 1519, Lutero apelou sem maiores preocupações para a autoridade da Bíblia em favor dos seus argumentos. Ele julgava que não precisava justificar a autoridade da Escritura, pois essa jamais havia sido contestada em qualquer concílio. No entanto, ambos lembraram que seu primeiro dever era reconhecer a autoridade da Igreja e que devia estar pronto a submeter-se à interpretação oferecida.

Uma vez mais, em Worms, em abril de 1521, Lutero disse que só estaria disposto a voltar atrás em suas ideias se fosse convencido por argumentos corretamente tirados da Escritura (LUTERO, 1984, p. 148s)<sup>1</sup>. Visto que sua consciência estava ligada à Palavra de Deus, não julgava certo nem recomendável agir contra a consciência (STROHL, 1963, p. 72, nota 1)<sup>2</sup>. O porta-voz oficial da Igreja lhe disse: “Depone conscientia, Martine (Abra mão da sua consciência, Martinho). Nada é mais seguro do que submeter-se à Igreja” (STROHL, 1963, p. 72). O que Lutero constatou em termos pessoais não foi, de forma alguma, uma objeção da Igreja ao princípio da Escritura, mas os efeitos concretos da não clareza na relação entre Escritura e tradição<sup>3</sup>.

### Na “escola” do Espírito

A questão é de onde o movimento da Reforma arrancava para aferrar-se a essa convicção quanto à centralidade Escritura e quanto à confiança na autoridade que nascia dessa centralidade? Seria interessante aqui analisar como cada um dos personagens desse amplo movimento da Reforma reagiu ao seu encontro com a Escritura. Isso não é possível aqui. Concentremos nossa atenção em Martinho Lutero.

---

<sup>1</sup> “A não ser que seja convencido pelo testemunho da Escritura ou por argumentos evidentes (pois não acredito nem no papa nem nos concílios exclusivamente, visto que está claro que os mesmos erraram muitas vezes e se contradisseram a si mesmos) - a minha convicção vem das Escrituras a que me reporto, e minha consciência está presa à palavra de Deus - nada consigo nem quero retratar, porque é difícil, maléfico e perigoso agir contra a consciência.” (LUTERO, 1984, p. 148s).

<sup>2</sup> Não se tratava aqui, ainda, da, posteriormente elaborada, noção liberal de “liberdade de consciência”. Lutero reivindicava simplesmente o “direito de ter uma convicção fundamentada na autoridade suprema da Bíblia”.

<sup>3</sup> Segundo Ebeling, o movimento da Reforma levou a definições claras dessas relações. (EBELING, 1988, p. 76).

Usualmente, a reflexão sobre o sentido da Reforma começa pela biografia de Lutero e sua luta pessoal com o evangelho. Esse tipo de abordagem não deve ser visto da perspectiva da celebração do personagem histórico. Nos reformadores e também em Lutero, plasmou-se uma questão decisiva: na luta pela compreensão da Bíblia estava implícita a questão “pelo que confere certeza à consciência” (EBELING, 1988, p. 77). Entretanto, para obviar o possível mal-entendido, vamos analisar a maneira de Lutero interpretar um texto bíblico para aí captar como ele entendia a relação entre a Escritura, interpretação e autoridade.

Queremos destacar aqui o pequeno comentário a Lucas 1.46-55, que Lutero escreveu entre 1520 e 1521, a caminho da Dieta de Worms, a pedido de um governante, o Duque João Frederico, posteriormente Eleitor da Saxônia. Intitulado *Magnificat*. No louvor de Maria, o texto expõe a interpretação que Lutero realizou do cântico em que Maria festeja o fato de que Deus derruba de seus tronos “os grandes senhores” e exalta os que são “nulos” e “nadas”. Ao mesmo tempo que é uma guia para o governante, o comentário de Lutero é um pequeno tratado de política e também um tratado sobre a relação entre espiritualidade cristã e interpretação da Escritura.

Logo no “Prefácio”, Lutero afirma que a “louvada” Maria fala, nesse texto, a partir de sua experiência própria. Nessa experiência, diz ele, ela foi “iluminada e instruída” pelo Espírito Santo. A partir dessa afirmação inicial, Lutero passa a apresentar um princípio central da sua hermenêutica: “Ninguém é capaz de entender corretamente Deus ou a Palavra de Deus se não for com a ajuda do Espírito Santo. Mas de nada adianta essa ajuda, se a pessoa não experimenta, sente ou percebe o Espírito Santo. *Nessa experiência, o Espírito ensina como em sua própria escola*” (LUTERO, 2015, p. 13).

A autoridade da Bíblia para Lutero é construída a partir dessa experiência na “escola” do Espírito Santo. Com essa ideia, Lutero queria enfatizar que é o próprio Deus, através da ação do Espírito, que nos instrui e faz que tenhamos conhecimento de sua Palavra e experimentemos pessoalmente a sua obra. Para que não se passe rapidamente à conclusão de que Lutero desdenharia o sentido literal da Escritura em favor dessa experiência espiritual<sup>4</sup>, convém lembrar que essa instrução do Espírito

---

<sup>4</sup> Para acompanhar a reflexão e também as contribuições de Lutero ao tema da exegese, cf. EBELING, 1988, p. 81-97. Ebeling mostra nestas páginas como Lutero vai, paulatinamente, abandonando a

só se mantém na correta relação entre “letra e espírito” (Palavra e Fé). Lutero recupera aqui a clássica distinção que Paulo introduzira em seus escritos.

Lutero expressou isso de maneira muito intensa, em 1537, em “Os Artigos de Esmalcalde”, nos quais se pode ler o que segue: “[...] é preciso permanecer com firmeza nisso que Deus a ninguém dá o seu Espírito a não ser por intermédio da palavra exterior precedente ou com ela” (LIVRO DE CONCÓRDIA, 1993, p. 336)<sup>5</sup>. Para Lutero tudo que viesse a se falar do Espírito sem essa palavra era o diabo. Como escreveu Ebeling, Lutero entende que o Espírito “está oculto na letra” (EBELING, 1988, p. 78). Entretanto, isso precisa ser compreendido corretamente, pois não se trata de uma submissão do Espírito à letra, posto que, como diz Paulo em 2 Coríntios 3.6, “a letra mata, mas o Espírito vivifica”.

Há, nesse ponto, um elemento central da teologia de Lutero que, em geral, escapa à compreensão. A palavra em sua literalidade, como afirmou Paulo, é letra morta. O que a torna palavra de vida é a sua íntima conexão com o Espírito. O Espírito reveste-se da palavra externa e se une a ela de tal modo que o que se atribui a ela é fruto da ação do Espírito. Por isso, Lutero insiste que essa é a “escola” do Espírito. O Espírito oferece-se aí como experiência. Nessa experiência, o Espírito, mediante a palavra, funda, pela fé, a relação com Cristo.

Essa relação não se reduz a um processo cognitivo. Pela ação do Espírito, cada pessoa é conduzida ao encontro concreto com o Cristo crucificado, histórico, mediante a palavra da Escritura. O Espírito vence as distâncias espacial e temporal propiciando que Deus, em Cristo, venha a nós e nós possamos ir a Ele, tornando a salvação acessível à experiência de cada pessoa. As dimensões interna e externa da palavra são inseparáveis. O Espírito não somente assegura essa inseparabilidade como também possibilita o acesso a ela. Essa é a soberania do Espírito, que nos leva a Cristo e nos faz desfrutar dos seus benefícios (SCHAPER, 2017, p. 121-125)<sup>6</sup>. Eis a

---

corrente da interpretação alegórica em favor de uma interpretação que enfatizava o “aspecto gramatical” que, no seu entender, era “o verdadeiramente teológico”. Nessa formulação reside uma mudança decisiva na compreensão, pois, em última análise, Lutero estava dizendo que havia apenas um sentido da Escritura, o literal, que era também espiritual. Estava aberta, assim, a senda que culminaria na interpretação histórico-crítica.

<sup>5</sup> O Artigo 5 da Confissão de Augsburgo, um dos principais documentos doutrinários da Reforma luterana, conservou essa compreensão quando afirma que “mediante a palavra e os sacramentos [...] é dado o Espírito Santo”. CONFISSÃO DE AUGSBURGO. São Leopoldo: Sinodal, 1980.

<sup>6</sup> O texto a que me refiro foi publicado in: ZWETSCH, Roberto (Org.). *Lutero e a teologia pentecostal*. São Leopoldo: Sinodal, 2017, p. 121-125. O livro reveste-se de interesse para esse tópico, pois se dedica a esquadriñar os elementos da doutrina do Espírito Santo em Lutero e as possíveis conexões

graça: mediante a Palavra o Espírito Santo apodera-se do ser humano, conferindo-lhe “a certeza que torna certa a consciência” (EBELING, 1988, p. 78)<sup>7</sup>.

Entretanto, ao contestar o direito de uma instituição - a Igreja - regular o processo interpretativo da Escritura, Lutero não estava propondo que a autoridade interpretativa passasse a coincidir com uma pessoa, uma liderança, por mais “inspirada” que fosse. Lutero propõe, então, um deslocamento da autoridade da instituição e dos poderes constituídos para a própria Escritura enquanto palavra de Deus. O princípio do “*sola Scriptura*” da Reforma é, portanto, um “princípio negativo”, posto que indica que nada, além da Escritura, mediante a ação do Espírito Santo, regula o processo interpretativo.

Em síntese, a proposta de Lutero consiste em contestar a identificação da Escritura com a Palavra, reafirmando, ao mesmo tempo, a inseparabilidade de ambas. A literalidade “escritural” não leva diretamente à Palavra, visto que não há identidade imediata. A Palavra, porém, não alcança o ser humano senão por meio da Escritura, mediante ação do Espírito Santo. Portanto, a não-identidade liberta para o enfrentamento do “*sensus literalis*” da Escritura, que permite, pela abordagem histórica da Escritura, acessar o núcleo da mensagem, diante do qual a Escritura torna-se Palavra pela ação do Espírito Santo. A ação do Espírito funda a liberdade que orienta o livre exame da Escritura e funda a autoridade da Palavra. A Escritura é autoridade reguladora do processo hermenêutico enquanto, ao negar toda outra possibilidade de regulação, apontar, pela ação do Espírito Santo, para a Palavra (BRANDT, 1977, p. 1-14; BAYER, 2007, p. 49-63).

Essa compreensão representa uma novidade por deslocar a posição da autoridade num sentido muito amplo. Tanto o poder civil como o poder eclesiástico constituídos não têm a autoridade para legislar quanto à consciência da pessoa crente diante de Deus. Essa consciência, porque fundada na experiência da Palavra mediante a ação do Espírito, só pode ser refutada pelo mesmo recurso à Palavra,

---

com o pentecostalismo como ele se configurou no Brasil e com textos escritos por três importantes teólogos da Assembleia de Deus.

<sup>7</sup> “ ‘Consciência’ , contudo, não significa aqui, como na dominante, mas problemática interpretação da consciência, a essência dos conteúdos normativos da mente e funções autônomas de juízo, ou seja, a presença da norma e instância decisivas dentro do próprio ser humano. Antes, Lutero entende por ‘consciência’ a relação essencial do ser humano com a palavra, isso é, o fato de estar sempre - não nesse ou naquele sentido, mas em seu próprio ser-pessoa - requisitado, exigido, questionado, exposto a juízo, sendo dessas ou daquela maneira consciência [...] certa e confortada na dependência de Deus, que na realidade é liberdade diante do mundo” (EBELING, 1988, p. 209).

como disse Lutero em 1521 ao ser instado a retratar-se na Dieta de Worms (LUTERO, 1984, p. 148s). Estava posto, então, um elemento de clivagem no pensamento da nascente modernidade, cujos desdobramentos não podemos levar adiante nesse artigo.

### Pelo poder da palavra

Entender, compreender a Palavra de Deus é tarefa contínua, permanente, infundável da igreja cristã. No entanto, compreender é também e sempre algo histórico. Isso deve ser entendido no sentido de que toda compreensão se dá na vida concreta da comunidade, mas também no sentido de que essa Palavra é Palavra de Deus para esse tempo e esse lugar e deve aí tornar-se real. Nesses termos, é possível entender a seguinte afirmação de Lutero: “Nascerá a fé e serão feitas as reformas necessárias quando a Palavra puder agir livremente” (*apud* STROHL, 1963, p. 73).

Lutero entendia que a palavra tinha uma força irrefreável, capaz de realizar o que parecia, à primeira vista, impossível. Não se tratava de atribuir qualquer poder mágico à palavra. A força da palavra lhe advém do fato do Espírito unir-se profundamente a ela. O Espírito Santo é, por excelência, presença “atualizante”, “espírito vivificante” (EBELING, 1988, p. 78). A força vivificante e “atualizante” do Espírito possibilita uma radical concretude e historicidade à palavra. Entretanto, os contextos mudam de forma constante e a Palavra, outrora concreta, converte-se em mera letra, incapaz de dinamizar os corações, de mover a comunidade.

A comunidade ouvinte, pela escuta permanente da palavra, é continuamente desafiada a seguir adiante, sabendo que o que fica para trás é letra e aquilo que está a sua frente é Espírito (LUTERO *apud* EBELING, 1988, p. 79)<sup>8</sup>. A relação do Espírito com a palavra é como a da serpente com a sua pele. De tempos em tempos, a serpente abandona a pele que lhe foi tão útil por uma nova. Ainda é possível reconhecer a serpente na pele abandonada, mas aí não há mais movimento, vida ou mesmo ameaça. A pele abandonada é como letra morta.

Porque é viva e eficaz, a palavra de Deus, como diz o profeta (Isaías 55.11), não retorna sem realizar aquilo a que foi destinada. Portanto, onde há Palavra, há povo, como Lutero deixa claro em seu escrito “Dos Concílios e da Igreja”:

---

<sup>8</sup> O autor se refere a um comentário de Lutero ao Salmo 119.125.  
Fronteiras, Recife, v. 1, n. 1, p. 112-136, jan./jun., 2018



[...] a palavra de Deus não pode existir sem o povo de Deus; por outro lado, o povo de Deus não pode existir sem a palavra de Deus. Do contrário quem a pregaria ou quem ouviria a pregação se não existisse o povo de Deus? E que poderia ou quereria crer o povo de Deus se não existisse a palavra de Deus (LUTERO, 1992, p. 410).

A palavra de Deus funda e dinamiza realidades. Não há aqui como supor que Lutero estivesse pensando em algum tipo de interiorização. Antes, como enfatiza corretamente Ebeling, evidencia-se o seguinte: “[...] a realidade só é compreendida como aquilo que é, se foi ouvida a palavra de Deus pela qual ela tem o seu ser e que nela constitui o que há de realmente real” (EBELING, 1988, p. 156).

Nada há, porém, de triunfalismo nessa visão. A presença de Deus, como a de sua igreja, é um acontecimento da palavra pela ação do Espírito que demanda uma compreensão capaz de captar essa presença para além de uma onipresença formal ou de uma imanência triunfal. *Deus está oculto naquilo que é o seu contrário*, isso é, na profundidade, na fraqueza, nas exclusões, nas misérias ou, como traduziu Lutero no Cântico de Maria, nos “nulos” e “nadas” desse mundo. Portanto, igreja, como povo de Deus reunido pela palavra, é evento que ocorre nas “adjacências” (WESTHELLE, 2017, p. 194), em lugares surpreendentes, reivindicando o senhorio de Cristo como reino que vem *ao nosso encontro* como evento que liberta e *de encontro* aos poderes desse mundo como juízo. Nesse sentido, é preciso atentarmos para os *subterrâneos* da ação libertadora da Palavra por meio do Espírito de Cristo no aqui e agora da história que nos cabe viver.

## Missão - um conceito ausente na Reforma?

Uma das críticas mais veementes que a teologia da missão protestante do século XIX fez a Lutero e à teologia luterana é que a Reforma não tinha nem formulou uma perspectiva missionária. E a ortodoxia luterana no século XVII abandonou definitivamente esse desafio delegando-o aos governantes especialmente nos territórios colonizados. A eles caberia a tarefa de envio de missionários e a extensão da igreja evangélica (ZWETSCH, 2009, p. 8s). Um dos mais fortes críticos foi Gustav Warneck (1834-1910), para quem a Reforma foi decepcionante em termos de teologia missionária. Assim, se pode pensar que os problemas do luteranismo com a missão

vêm de longe, desde os inícios do movimento da Reforma e até mesmo da teologia do Reformador Lutero.

O teólogo James A. Scherer pondera essas afirmações e defende que não é razoável restringir-nos - no estudo da teologia da missão em Lutero - ao pensamento missionário protestante moderno, que só vai ser formulado a partir do século XVIII e se firmar no século XIX (SCHERER, 1991, p. 43s). Scherer entende que há vários motivos para tal revisão. Ele retoma o pensamento do teólogo Gustav Leopold Pitt (1836-1880) para quem Lutero foi, sim, fiel à ordem missionária de Jesus, porém, de uma forma mais fundamental. Para Pitt, a questão deve ser vista a partir da compreensão global que Lutero tinha do *evangelho*, pois foi esse que caíra no esquecimento dentro da cristandade medieval, seja na hierarquia, no meio do povo e mesmo em muitos mosteiros. Para a Reforma, afirma Scherer, a obediência missionária só poderia ser entendida como pregar, incessantemente e de forma renovada, o *evangelho*, por meio do qual temos Cristo e seus benefícios, o perdão dos pecados, a graça e a fé, de forma gratuita, plena e libertadora. Scherer afirma que - para ser justos com Lutero -, a missão é e sempre será *obra do Deus triúno*, tese que no século XX será formulada com o conceito da *missio Dei*, cujos alvo e resultado são a vinda do reino ou reinado de Deus, como rogamos na oração de Jesus (“venha o teu reino”). Isso nos permite afirmar que o conceito de missão, embora não esteja *explicitamente* presente em Lutero e na teologia da Reforma diz respeito à tríade: *palavra de Deus* (Cristo, o evangelho) - *igreja* (povo de Deus, as pessoas batizadas e crentes) - *reino/reinado de Deus* (soberania e glória de Deus).

Essa compreensão é muito importante para iluminar os debates atuais nos meios protestantes, pois existem muitas diferentes compreensões do que venha a ser missão ou missões. Zwetsch escreveu que entre nós, luteranos, e nas igrejas da tradição da Reforma, de um modo geral, o debate sobre uma teologia da missão está no centro de sua compreensão do que vem a ser igreja e sua razão de ser nesse mundo (ZWETSCH, 2015, p. 309s). Se nos voltamos para uma compreensão que coloca a igreja no centro (*eclesiocentrismo*), vamos dar no proselitismo que, em vez da unidade de fé e testemunho, nos divide ainda mais como igrejas cristãs, fazendo aumentar o escândalo da divisão e, conseqüentemente, a apostasia de milhões. Ora, a teologia da missão em seu sentido bíblico nos remete ao agir de Deus por meio de

Cristo e seu Espírito, por isso mesmo, nos desafia a repensar o que entendemos por igreja, missão e reino de Deus.

Isso significa que, para falar de missão, temos de falar sobre a igreja. E essa não é uma realidade *primordial* na tradição cristã. Pois a igreja de Jesus, o povo do Caminho como o expressou Atos 9.2, não vive para si mesmo, é um povo a caminho e a serviço de algo que o transcende, o reino ou reinado de Deus, uma nova humanidade liberta e libertadora. Essa é sua razão de ser e existir

Nesse sentido, a teologia missionária contemporânea praticamente assumiu de forma consensual que a Trindade deve ser considerada a referência teológica mais adequada para se definir igreja e - por extensão - a missão para a qual a igreja existe e foi enviada. É que dessa forma, situamos a igreja - o povo de Deus - dentro e a partir da obra do Espírito Santo, que é o Espírito de Cristo hoje presente em nossa realidade e cujo propósito é resgatar a humanidade e a própria criação para uma nova relação com o Criador (Romanos 8.19s). Quer dizer, uma experiência de libertação, gratuidade e plenitude, como se observa relendo a parte final do Apocalipse, na qual temos que virá um novo céu e uma nova terra, e Deus habitará no meio do seu povo. E serão povos de Deus e Deus mesmo estará com sua gente. E lhes enxugará dos olhos toda lágrima, e a morte já não mais existirá, já não haverá luto, nem pranto, nem dor, porque as primeiras cousas passaram (Apocalipse 21.1-4) Visão extraordinária e totalmente utópica. Mas afirmada como promessa e esperança que mobiliza e nos faz elaborar uma nova *imagem de Deus* e de sua promessa. É interessante observar que o Novo Testamento termina com esse tipo de *visão*. Por ela nos damos conta de que nosso destino - como crentes - não é *ir ao céu* depois de nossa morte, como sói ouvirmos nas imagens tradicionais do pós-morte. Ao contrário, o que esperamos em fé e pela fé é algo completamente distinto. Aguardamos, sim, com paciência e engajamento que venham “novos céus e nova terra”, para os quais *Deus virá*, reunindo assim os povos e lhes enxugando dos olhos toda lágrima, curando todas as feridas, libertando de todas as prisões que nos impedem de sermos plenamente *filhos e filhas de Deus*. Haveria algo mais extraordinário do que essa visão de futuro?

A missão de Deus, assim, visa a apontar para *além* da igreja, constituindo-se como um povo *a caminho* que testemunha, que acompanha as pessoas sofridas, que luta por justiça, que denuncia o pecado e a violência, que celebra a presença de um

Deus compassivo e libertador, portanto, um povo que semeia esperança e fé na qual a descrença, o desânimo e a falta de fé se insinuem e nos enfraquecem a ponto de perdermos o rumo como igreja e como seres humanos, criados para a alegria, a beleza e a fraternura (palavra cara ao saudoso Hugo Assmann). Como escreveu Jürgen Moltmann, é nos momentos de crise que a igreja cristã se reencontra, percebe novas oportunidades e se experimenta como comunidade messiânica sustentada pelo Espírito de Cristo e a serviço do seu reinado nesse mundo, isso é, em solidariedade com todos os seres humanos e seus gritos por vida e liberdade (MOLTMANN, 2013, p. 19s), ao que podemos acrescentar hoje o grito em defesa da terra, do meio ambiente, contra todas as formas de depredação e destruição. Não é fortuito, portanto, afirmarmos que a obra de Cristo e do seu Espírito é uma obra de *libertação*, em muitos sentidos. É isso que nos permite vincular missão com a dimensão concreta da *política*, entendida como aquilo que diz respeito às relações de poder efetivamente existentes e que dirigem a vida das pessoas e da sociedade como um todo, hoje, uma sociedade plural e extremamente complexa.

Com isso passamos ao último tópico que nos fará discutir o tema da *política* não como algo *exterior* ao discurso teológico, mas nele inserido desde a raiz. Como diz um colega nosso, tanto quanto saibamos pela tradição, os credos de ontem e de hoje, e uma teologia digna desse nome, somos seguidores, seguidoras de um crucificado, de um perseguido, preso, torturado, condenado injustamente e que, finalmente, na cruz, se sente abandonado até mesmo por Deus, ao clamar: “Deus meu, Deus meu, por que me abandonaste?” (Mateus 27.46). É esse crucificado que Deus ressuscitou contra todas as probabilidades e a incredulidade de seus amigos mais próximos. Somente as mulheres o acompanharam até o fim, quase como seres invisíveis, desde a sexta-feira até a madrugada do domingo, quando, por amor ao Amado, foram ao sepulcro para embalsamar o corpo desfigurado com aromas e óleos. Com esse gesto de total gratuidade, elas se tornaram as *primeiras* testemunhas da ressurreição (Lucas 23 e 24). Esse privilégio jamais lhes será tirado.

É desse testemunho, depois assumido pela comunidade dos discípulos em seu conjunto, que nasce a igreja, e é dele que procedemos hoje, e dele nos alimentamos, seja na derrota, seja nas tênues experiências de consolo, esperança e libertação. A ressurreição é um gesto de *Deus* que desfaz as amarras da impiedade, que destrói os limites impostos pelos poderes imperiais desse mundo e suas estruturas podres, que

rompe com os determinismos que nos impedem de ver e transformar esse mundo. Por isso, a dimensão *política* da fé não pode ser considerada ideologia extemporânea à vivência cristã. Ela revela um aspecto intrínseco à fé, aquele que diz respeito justamente à dignidade da pessoa humana ao valorizar *in extremis* a vida em todas as dimensões e mesmo a realidade do mundo mediante um ato de recriação, de reinvenção, a promessa de “novo céu e nova terra”.

**Política - um serviço imprescindível a Deus e ao próximo (mesmo após a queda!)**

A política - em sentido lato e amplo - diz respeito ao governo sobre a vida das pessoas e das sociedades. Teoricamente, seu significado é produzir justiça para todas as pessoas. Em seu *Dicionário de Política*, Norberto Bobbio esclarece que existem diferentes sentidos da palavra ou do conceito *política*. Mas um prioritário é aquele que relaciona política com o poder que monopoliza o exercício da força, o poder ao qual todos estão de algum modo subordinados, o poder *coativo*, em última instância. Ocorre que Aristóteles afirmou, em sua obra clássica *Política*, que o fim ou finalidade da política não é viver (ou fazer viver, poderíamos dizer), mas viver *bem*. Daí que - ao tornar-se o poder político *um fim em si mesmo*, isso é, *o poder pelo poder*, uma maneira específica de o exercer -, temos o que Bobbio chama didaticamente de “um modo deturpado do exercício de qualquer poder” (BOBBIO, 1986, p. 958).

Ora, atualmente estamos diante de um momento histórico em que as formas dominantes de exercício do *poder político* não só deturparam o seu exercício em escala global nunca antes vista, como o tem feito comprometendo a vida humana e a vida do planeta em escala exponencial. E isso tem a ver com a aliança cada vez mais evidente entre o poder político e o poder econômico, ambos concentrados em poucas mãos num mundo globalizado. Essa relação intrínseca e simbiótica entre economia e política permite afirmar, portanto, que a atual economia mundial é, de fato, *economia política* no seu sentido mais preciso possível. A nosso ver, é essa relação que está na base da exaustiva pesquisa realizada pelo grupo liderado pelo economista liberal Thomas Piketty e cujas conclusões ele publicou no seu *O capital no século XXI* (PIKETTY, 2014). Como comentou o Nobel de Economia Paul Krugman, num artigo publicado no *The New York Times* à época: “Piketty transformou nosso

discurso econômico; jamais voltaremos a falar sobre renda e desigualdade da mesma maneira” (contracapa do citado livro). O que Piketty denunciou com dados inatacáveis é que os problemas da pobreza e da miséria no mundo não são problemas *econômicos*, mas *políticos*, pois têm a ver com a má distribuição da riqueza no mundo. A desigualdade de renda no sistema capitalista não é, portanto, uma fatalidade ou resultado da incapacidade dos trabalhadores e trabalhadoras de regerem suas vidas. Ela é fabricada, arquitetada por um sistema econômico-político que privilegia quem já tem para que acumule ainda mais riqueza, pauperizando quem pouco tem ou tem nada. Piketty denunciou que os mais ricos não só não pagam impostos como também escondem os dados sobre sua riqueza. E que a luta pela democracia deve chegar ao capital, produzindo justiça social e, assim, o reforço aos valores democráticos<sup>9</sup>. Um exemplo é o sistema de juros do dinheiro disponível no mercado. Só para se ter uma ideia, recentemente e com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, sabe-se que, se em fevereiro de 2018, a taxa Selic (que regula o sistema de crédito), ficou em 6,5% ao ano, a taxa média dos juros bancários ficou em 398% ao ano, isso é, 61 vezes maior. Como escreve o economista Paulo Kliass, trata-se de “um verdadeiro crime praticado por uns poucos agentes da banca sobre dezenas de milhões de indivíduos”<sup>10</sup>, quer dizer, sobre o povo brasileiro em geral, uma vez que esse tipo de decisão sem controle atinge a maioria das pessoas. Essa dissorção não tem justificativa, mas apenas confirma que a economia brasileira vem sendo administrada - *politicamente* - para favorecer um setor da sociedade, quer dizer, o setor liberal-rentista administrado pelos bancos. E, no Brasil, os bancos públicos via de regra estão a serviço dos bancos privados, entre os quais dois deles concentram a maior parte dos lucros líquidos anuais.

Essa digressão sobre economia e política nos ajuda a retomar uma avaliação da questão política do ponto de vista da Reforma, particularmente, de Lutero, que se expressou sobre o tema em vários de seus escritos. Vamos aqui nos referir

---

<sup>9</sup> Revista *Época*. Entrevista a Ivan Martins, 31 de maio de 2014. Sobre as relações entre pobreza e riqueza desde uma perspectiva teológica, cf. Zwetsch (2015, p. 79-122).

<sup>10</sup> KLIASS, Paulo. Brasil devagar, quase parando. Site de *Carta capital*, 18/04/2018. Acesso em 23/04/2018. O autor comenta: “na prática, a rentabilidade do financismo aumentou ao longo do período de queda da taxa de juros. E o mais impressionante é que o BC assiste a tudo isso fazendo cara de paisagem. A função do órgão regulador do sistema financeiro foi esquecida, se é que em algum momento anterior ela foi exercida de fato”.

especialmente a dois deles, o comentário ao Cântico de Maria, *Magnificat* (LUTERO, 2015), já mencionado acima, e *Da liberdade cristã* (LUTERO, 1998).

Lutero é uma figura histórica polêmica, até contraditória em vários momentos, de modo que seu pensamento e elaboração teológica estão sujeitos - como, aliás, toda teologia - a muitas interpretações, críticas, releituras. O que ele escreveu sobre a revolta dos camponeses de 1524/25 e suas opiniões sobre os turcos (muçulmanos) e judeus até hoje causam vergonha e justas críticas. Ainda assim, há muito a aprender com esse teólogo inquieto e criativo. Vítor Westhelle escreveu um artigo em que estuda a relação entre *poder e política* na teologia de Lutero. Ele demonstra como nossa leitura da teologia da Reforma e de Lutero precisa assumir certas cautelas para não mal compreendermos o reformador. Por exemplo, Lutero não deixou de ser um teólogo cujas referências lhe foram disponibilizadas pela teologia escolástica. Ele leu Aristóteles e outros filósofos gregos e se valeu deles em seus argumentos. Na questão *política*, por exemplo, Lutero assumiu a distinção aristotélica das causas formais e materiais, embora não gaste tempo em explicá-las. Mas sua perspicácia se dá na maneira *como* trabalha esses conceitos. Se Deus atua de forma soberana no mundo e ninguém pode se interpor a sua ação, ao mesmo tempo, Lutero compreende que a filosofia tem sua razão de ser quando se trata da realidade humana dos fenômenos, ainda que na situação de “pecadores em meio ao pecado”, como escreveu Westhelle (WESTHELLE, 2013, p. 324). E isso tem a ver com a produção e reprodução da vida nesse mundo (*poiesis*, em grego) e com a ação das pessoas no seu sentido político (*praxis*, em grego). Se em relação à materialidade da vida “o humano se torna ‘visível’ pelo que é produzido como resultado do trabalho”, em relação à causa formal, quer dizer, ao “discurso (*verbum vocale*) e à comunicação, ela trata da representação humana no sentido político de prática” (WESTHELLE, 2013, p. 325).

No tempo de Lutero, na transição entre o feudalismo e os tempos modernos, o âmbito da produção e da reprodução era a *casa*, entendida em sentido amplo e produtivo. Daí que para ele a *economia* (que vem do grego *oikos*, casa) tem por finalidade produzir as condições de existências, das pessoas, do povo. Já a *política* (de *polis*, em grego, cidade) diz respeito ao governo da cidade, portanto, sua finalidade é proteger e defender a cidade, isso é, a vida das pessoas. Westhelle esclarece que Lutero “não sabia que a revolução industrial retiraria a produção do

lar. Tampouco sabia que as revoluções americana e francesa acabariam com os direitos da nobreza. Mas compreende que as duas dimensões antropológicas fundamentais não poderiam sofrer um colapso” (casa=economia; cidade=política - RZ). Conclui Westhelle: “A distinção é o que realmente importa” (WESTHELLE, 2013, p. 325).

Em Lutero, encontramos não um pensamento sistemático, mas situado e paradoxal. Como sua famosa afirmação no seu libelo *Da liberdade cristã*: “um cristão é um senhor livre sobre todas as coisas e não se submete a ninguém. Um cristão é um súdito e servidor de todas as coisas e se submete a todos” (LUTERO, 1998, p. 25). Essas frases de Lutero descrevem para ele a liberdade que cada pessoa cristã encontra na fé em Cristo, conforme encontramos nas cartas de Paulo, sobretudo na carta aos Gálatas (Gálatas 5). A vida cristã é, pois, uma arriscada e grata experiência de viver em e a partir da *liberdade*. E essa afirmação precisa ser bem entendida para não a confundir com a liberdade *burguesa* que individualizou a vivência dela e particularizou seu direito. Para Lutero, a liberdade é questão de *relação* com as pessoas, e ela é vivida como ser livre e servidor, ao mesmo tempo. A liberdade só pode ser vivida a partir do *amor*, e a *fé* é o fundamento de uma vida livre e amorosa. Para Lutero, a fé é graça divina, é o benefício que Cristo nos oferece com sua vida, morte e ressurreição, perpetuamente.

Em alguns de seus escritos, Lutero - como pensador contextual - se refere explicitamente ao exercício do poder político e procura superar a escolástica. Por exemplo, entende que uma regra básica para qualquer governante é saber usar o *bom senso*, não se deixando prender pelas amarras do direito estrito nem jamais se enganar pelos bajuladores, assumindo assim o risco de *decidir* por conta própria diante de questões maiores (LUTERO, 2000, p. 40). Vários escritos de Lutero surgiram por solicitação das autoridades. Geralmente, ele causou polêmica com seus posicionamentos, o que só fez aumentar as resistências e ira dos poderosos contra ele, como se pode perceber nos textos já mencionados. Para ele, uma autoridade merece respeito e obediência naquilo que se refere ao “governo da cidade”, mas jamais poderia interferir ou querer dominar a consciência das pessoas ou seus corações. Tal prerrogativa pertence exclusivamente a Deus e sua misericórdia. Lutero afirmou:



O governo secular tem leis que abrangem apenas corpo e bens e outras coisas externas na terra. Deus não pode nem quer deixar ninguém governar sobre a alma senão ele próprio. Logo onde a autoridade secular tem coragem de impor uma lei à alama, ali ela interfere no regime divino e apenas encanta e corrompe as almas. [...]. Além disso, como alguém outro não pode ir para o inferno ou ao céu em meu lugar, também não pode crer ou deixar de crer por mim. [...]. Crer ou não crer é assunto da consciência de cada um. Isso não prejudica a autoridade secular (LUTERO, 2000, p. 40 e 43).

Não por acaso, afirma-se que Lutero é um teólogo *moderno*, embora muitas de suas ideias ainda estivessem limitadas ao mundo medieval. A partir de sua redescoberta do evangelho, da graça, da fé e da liberdade cristã, ele encontrou que a pessoa pode viver a liberdade de consciência e decidir por si mesmo, sem depender de qualquer autoridade, apenas valendo-se do evangelho, da misericórdia e da graça de Deus. Aí está a raiz da liberdade e dela procede o seu exercício. Até seria possível afirmar que a concepção moderna de democracia encontra em Lutero um de seus precursores. Por isso, se pode concluir que, em Lutero, não temos *liberalismo*, que surge bem mais tarde, mas *liberdade cristã*, que se vive em fé e amor.

No comentário ao Cântico de Maria (Lucas 1.46-55|), conhecido como (*Magnificat*) publicado em 1521, Lutero oferece notas sobre o que se poderia chamar de uma *espiritualidade cristã* autêntica, porque humilde, realista e libertadora. Além disso, nesse texto, encontramos uma verdadeira teologia *pentecostal*, pois Lutero destaca que a teologia cristã só pode ser concebida e construída *na força do Espírito*, como reafirmado no primeiro tópico acima (LUTERO, 2015, p. 13). A partir do canto de Maria, Lutero afirma que foi o Espírito Santo quem ensinou aquela jovem camponesa - a futura mãe de Jesus - a cantar um salmo de louvor ao Deus misericordioso e compassivo. O mais interessante é que, nesse salmo, encontramos, além do louvor, uma verdadeira *profecia* de conteúdo eminentemente *político*. Interessa, pois, demonstrar que Maria mostra nele uma face de Deus que os poderosos rejeitam e tentam ofuscar reiteradamente, nas igrejas ou na sociedade. O Deus de Jesus não age como os poderosos do mundo, que apenas exaltam os ricos e sábios. Pelo contrário, ele só sabe *olhar para baixo*, para os pobres, vulneráveis e sem valor. É entre esses, em seu meio, que vamos encontrá-lo da forma mais plástica que se pode imaginar. E não o contrário. Esse Deus é o mesmo que viu a opressão de seu povo de escravos no Egito e veio para libertá-lo (Êxodo 3.7s; 20.2). Maria se coloca aqui na tradição da libertação do Êxodo. É precisamente esse Deus que a

pessoa cristã aprende cantando com a jovem Maria. Com ela, aprende ainda que a verdadeira fé nos ensina a *olhar para baixo e para os lados*, defendendo a vida em todos os lugares onde ela está ameaçada. E as ameaças, nos dias de hoje, extrapolam qualquer razoabilidade, atingindo as majorias e o meio ambiente, em certos casos, irremediavelmente.

Uma citação do texto de Lutero pode nos servir de critério para entender *política* desde essa perspectiva profética. Para Lutero, como seres humanos, costumamos aprender que o que vale é *olhar para cima*, para onde existe poder, fama e riqueza. Lá encontramos conforto, liberdade e felicidade. Numa palavra, sucesso. Se olhamos *para baixo*, o que temos é pobreza, miséria, desgraça e angústia. E isso rejeitamos por princípio, segundo o pensamento dominante. Nas palavras de Lutero:

Todos se afastam de pessoas dessa espécie. Evitam, rejeitam e abandonam essa gente, e ninguém se lembra de lhes ajudar e de trabalhar para que também sejam alguém. [...] Por isso, somente Deus consegue ver as coisas dessa maneira, olhando para baixo, para a miséria e a desgraça. Ele está junto a todos os que estão no fundo do poço, como diz Pedro: “Resiste aos soberbos, aos humildes concede a sua graça” (1 Pedro 5.5.). Essa experiência gera o amor a Deus e seu louvor. Ninguém pode louvar a Deus sem antes amá-lo (LUTERO, 2000, p. 14).

O que Lutero destaca aqui é que tal experiência *espiritual* só se aprende ao aprender a amar o que é *desprezível, sem valor*, numa palavra, *miserável*. Mas, nesse escrito, Lutero radicaliza sua afirmação. O escrito surgiu por um pedido do príncipe João Frederico, duque da Saxônia. Como foi dirigido a uma autoridade, que o protegeu quando perseguido e proscrito pela Igreja de Roma, se esperaria um texto de louvor ao governante e uma palavra amena. Mas o que temos é o que podemos chamar uma *pequena teoria política*, pois Lutero aproveita para expor alguns de seus pensamentos sobre o que significa a *arte de governar* e como fazê-lo desde uma perspectiva *cristã*. Para surpresa nossa, ele o faz a partir desse cântico, normalmente lido e recitado de forma piedosa em nossas igrejas, sem que se perceba sua *potência crítica* contundente, desestabilizadora e profética.

Com esse destaque ao *ponto de vista* em que o governante deve se colocar, isso é, aprender a governar a partir *de baixo*, dos que não têm poder, riqueza ou fama, e não se conformar com os *de cima* nem servir a eles prioritariamente, Lutero

avança sua contribuição afirmando que o exercício do poder político tem como finalidade exclusiva o bem do *povo*, diríamos hoje, o *bem comum*, e não interesses pessoais, familiares ou corporativos (mais ainda, empresariais!). O governante - como uma das principais atribuições do poder *político* - existe para *promover a paz e a justiça* em um mundo mau e corrupto. Por isso, a maior honra de um governante e, podemos acrescentar, de um político é “ser útil” para seus governados e representados, contrariando a forma de governar da época e ainda hoje. Ele chega a escrever que o governante justo é aquele que não “procura os seus interesses, mas os de seus súditos”. E se especializa em defendê-los e beneficiá-los (por exemplo, hoje seria defender a economia nacional do domínio das grandes corporações e dos bancos, e não o contrário como sói acontecer). Em algumas afirmações, Lutero até parece um precursor do *anarquismo*, como no que segue:

Entre cristãos não deve nem pode haver autoridade alguma, pois cada qual está submisso ao outro, como diz Paulo em Filipenses 2.3: “Cada qual considere o outro seu superior”. [...] Entre os cristãos não há superior a não ser o próprio Cristo. Que autoridade pode haver quando todos são iguais e têm o mesmo direito, poder, bem e honra e quando ninguém quer ser superior, mas subalterno ao outro? Não se pode instituir autoridade entre pessoas assim, mesmo que se quisesse. Sua natureza não aguenta ter superiores, visto que ninguém quer e pode ser superior. Mas onde não houver gente desse tipo, ali também não há verdadeiros cristãos (LUTERO, 2000, p. 55).

Esse argumento foi suficientemente utópico para que Lutero voltasse atrás e afirmasse que - mesmo entre pessoas cristãs - há pecado e violência, de modo que a autoridade se faz necessária para restabelecer a paz e a justiça. Ainda assim, o argumento acabou por incentivar os camponeses a se rebelarem contra os nobres e príncipes, desencadeando a revolta, depois destruída a ferro e fogo, para tristeza de Lutero, pois, em um escrito ignominioso, defendeu a matança dos camponeses.<sup>11</sup>

Vítor Westhelle entende que, para a Lutero, a esfera ou ação política não tem autonomia como vimos abordando o tema. E isso se deve ao fato de que ela está ligada ao âmbito da *oikos*, isso é, da economia (do grego, *oikonomos*). Isso significa afirmar, então, que a política:

Existe unicamente com o objetivo de alcançar a justiça econômica. [...] Se a política administra relações de poder, o trabalho e a economia são o fundamento material do poder. Se a política se recusa

<sup>11</sup> Para um aprofundamento desse acontecimento controverso haveria de estender muito o texto, o que não é possível nesse artigo. Para uma visão crítica, cf. Altmann (2016, p. 284-302).

a administrar a justiça [...] ela é distorcida e corrompida. A máscara é rompida, e suas fissuras expõem apenas a visão insuportável de um deus oculto que é, ao mesmo tempo, o próprio diabo (WESTHELLE, 2013, p. 330).<sup>12</sup>

Isso quer dizer que ações *diabólicas*, isso é, ações que destroem a vida e a justiça, devem ser buscadas ali onde elas efetivamente se dão e não imaginariamente em corpos vulneráveis e feridos, como por vezes acontecem em certos rituais religiosos. Há que exercer o poder de discernir os *espíritos* num tempo de confusão e tergiversação, que predominam e movem corações todos os dias, especialmente por meio das mídias dominantes. Isso implica ainda em afirmar que, quando a economia está corrompida, também a política o está. E toda a discussão atualmente em voga na sociedade brasileira está fundamentalmente *equivocada* porque seleciona casos e os toma como o todo pela parte. Não é a *política* que se corrompeu. É a *economia corrupta* que se apropriou da *política* fazendo que ela seja *imagem e semelhança* de uma sociedade dominada e corrupta ela mesma, o que significa que todas as pessoas e cada uma de nós está de alguma forma relacionada à degradação da política institucional brasileira. Há que rejeitar falsos moralismos, portanto, embora haja pessoas que, por sua condição de autoridade, devam assumir os maiores ônus.

Há um aspecto interessante em Lutero que vale recordar aqui. Ele tinha em alta conta as leis *sociais*. Para ele, elas ajudam a garantir direitos e assegurar que as pessoas encontrem *trabalho* (nas oficinas, nas lojas e outros serviços, também nas escolas e universidades), de tal modo que possam prover as suas necessidades e de suas famílias de forma honesta e criativa. Na ausência dessas leis, os pobres, órfãos e viúvas são esquecidos e as pessoas se veem na condição de destruir, assaltar, roubar e ludibriar reciprocamente. Essa sua linguagem nos parece tão atual num país em que as desigualdades são extremas e a pobreza só faz aumentar a distância entre elite rica e poderosa, e maiorias empobrecidas, silenciadas e desprezadas nas políticas oficiais. Mas Lutero diz mais. Ele reconhece que a ausência dessas leis e normas sociais justas afetam primordialmente os membros mais fracos da sociedade,

---

<sup>12</sup> Seria interessante nesse contexto estudar os conceitos de justiça que vigoram nos dias de hoje. Cf. SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011. Nesse livro, o Prêmio Nobel de Economia de 1988, contesta o que ele chama de *justiça transcendental*, a do direito positivo e abstrato das leis vigentes que favorecem normalmente os poderosos, quer dizer, a justiça que perverte a vida e as relações humanas; ele defende a *justiça relacional*, que parte da situação realmente existente e que procura na sua aplicação defender a vida e o direito dos mais *vulneráveis*.

colocando em perigo a saúde da comunidade, de todo o país, poderíamos acrescentar. Por isso, para ele, os *direitos dos pobres* têm que ser promovidos como um meio eficaz de se alcançar o bem de toda a sociedade. A regra bíblica aqui é clara: “quando um membro sofre, todos sofrem com ele” (1 Coríntios 12.26). Se isso vale para a pequena comunidade cristã, muito mais valeria se considerarmos a complexidade das massivas sociedades contemporâneas. E pelas análises antes descritas, o empobrecimento e a desigualdade extrema não é um problema econômico a ser resolvido com *ajustes e supressão de direitos*. Antes, se trata da necessidade de uma *outra economia*, que limite a concentração da riqueza em poucas mãos, que promova uma mais justa distribuição da riqueza geral, segundo regras democráticas transparentes que limitem claramente os conhecidos desvios típicos da nossa legislação tarifária, que - aliás - carrega normalmente recursos para quem já os tem e os amealha privadamente (que baste uma análise isenta de como os recursos do BNDES são distribuídos).

Em resumo, sobre as duas dimensões aqui apresentadas em relação intrínseca, a economia e a política: para Lutero, a economia é um instrumento da obra de Deus triúno no mundo e representa a obra contínua de Deus através da criação e do trabalho humano. O segundo âmbito, a política, também representa um dos âmbitos da ação de Deus no mundo, mas nesse caso, ela se dá como que através de uma “máscara” (*larvae*, em latim), pois ela revela o juízo divino do mundo com base na perversão econômica. Por isso, para Lutero a esfera política, afirma Westhelle, *não tem autonomia*. E isso porque sua estrutura jurídica está fundamentada no lar (*oikos*), isso é, na economia. Westhelle tira uma conclusão surpreendente:

a política existe unicamente com o objetivo de alcançar a justiça econômica. Ela só deve ser exercida com esse objetivo, por mais complexa e desafiadora que essa tarefa possa ser para a razão. Se a política administra relações de poder, o trabalho e a economia são o fundamento material do poder. Se a política se recusa a alcançar a justiça de acordo com o direito intrínseco do domicílio, do trabalho e da reprodução, a política é distorcida e corrompida. A máscara é rompida e suas fissuras expõem apenas a visão insuportável de um deus oculto que é, ao mesmo tempo, o próprio diabo (WESTHELLE, 2013, p. 330).

Alguém poderia pensar que o autor tenha assistido imaginariamente ao extraordinário desfile, na Escola Beija Flor no Carnaval do Rio de Janeiro de fevereiro de 2018. Nele, com graça, ironia e grandiosidade, a escola vencedora do segundo

lugar no desfile, estampou - para o país e o mundo ver - o que significou o golpe sofrido pelo Brasil em 2016 e quem são seus autores e beneficiários. Mas esse não é o caso. Trata-se antes de uma elaboração teológica que - lucidamente - leva os argumentos bíblicos, teológicos e da fé ao seu limite, quando o que está em jogo não são dogmas ou ideias, mas a *vida humana* e os *destinos do mundo* (criação) e da *humanidade* (povo de Deus). E quando essas é a questão, a fé que salva e liberta não pode contemporizar ou ser conivente. Nesse sentido, a teologia que vale só pode ser *pensamento crítico* com os pés no chão<sup>13</sup>.

## Conclusão

Evidenciou-se em nossa reflexão que a noção de Reforma descreve, na verdade, um amplo e contínuo movimento em favor da força libertadora do evangelho. Lutero representa um denso momento nessa longa jornada. Em consonância com tantas pessoas que o antecederam, ele apresenta uma defesa intransigente da palavra de Deus. A indissociabilidade do “somente pela escritura” e do “somente pela fé” proposta por Lutero galvanizou uma hermenêutica que desencadeou novos processos interpretativos que estavam no alicerce de complexas transformações sociais.

Lutero entendeu que a força irruptiva e disruptiva da palavra de Deus propiciava, pela ação do Espírito, conhecimento de Deus na mesma medida em que revelava ao ser humano sua situação de justo e pecador, e transfigurava a realidade desse mundo, indicando a presença de Deus através de “máscaras” insuspeitas em lugares dantes suspeitos. Lutero atribuiu a essa palavra o poder irrefreável de *desmascarar* a superficialidade das forças que conspiram para manter cativas as pessoas e a verdade. O evangelho pela ação do Espírito é força viva e capaz de tornar atual e acessível a graça justificadora como experiência da salvação.

O movimento da Reforma pôde, em Lutero, apontar para esse aspecto central: a palavra de Deus é força que convoca, reúne e compromete cada pessoa com a

---

<sup>13</sup> Os textos editados por Beres (2017) representam os esforços de um grande grupo de teólogas e teólogos de diversas partes do mundo que debatem temas cruciais da atualidade desde a perspectiva da teologia do movimento da Reforma, mas apontando coerentemente para a necessidade de sua *radicalização* diante dos impasses dramáticos que vivemos no mundo globalizado. Para uma visão desde a realidade brasileira, cf. Reblin (2016); e também Ribeiro (2017).

causa do reino de Deus nesse mundo. A igreja é, assim, um evento da palavra que institui, nas “adjacências” do mundo, um povo “santo”, pessoas pecadoras-justificadas, capaz de ouvir a voz de Deus.

Nesse sentido, ela é testemunho e núcleo da ação missionária, pois sua existência com existência para mundo é uma renúncia permanente de sua institucionalização em favor do reinado de Deus entre nós, em favor, especialmente, daquelas pessoas mais vulneráveis (“porque delas é o reino de Deus”).

A palavra que sinaliza a presença de Deus no mundo que se oculta em seu contrário é evangelho e juízo. É evangelho porquanto é palavra que testifica o amor incondicional de Deus que amou esse mundo de tal forma que enviou seu Filho que salva e resgata a dignidade de todas as pessoas e até mesmo da criação (Romanos 8.18s). É juízo porque esse mundo é incapaz de acolher Deus na aparência contraditória de suas realidades. A violência e a superficialidade dessas realidades são submetidas ao juízo da ausência de Deus, que se reveste de silêncio e ira contra os poderes desse mundo. Não foi sem razão que Lutero escreveu tão duramente contra as realidades educacionais, jurídicas, econômicas e políticas de sua época.

Diante disso, a missão da igreja é anúncio da palavra mediante a “loucura da pregação” que insiste apontar para o fato de que Deus “[...] escolheu as coisas humildes do mundo, e as desprezadas, e aquelas que não são, para reduzir a nada as que são” (1 Coríntios 1.28). Essa pregação não consiste em outra coisa do que apontar para o “crucificado”. Sobretudo as realidades da política e da economia tornaram-se fins em si mesmas e perderam a condição de “máscaras” mediante as quais Deus governa o mundo. A palavra de Deus, que aponta para a cruz, revela seu caráter de mera aparência, sua perda de profundidade e de transparência para Deus. A ressurreição é a clara indicação de que para Deus há realidades inaceitáveis, pois violam a “imagem e semelhança” de sua criação. A missão do povo de Deus é, portanto, vivenciar o evangelho de Jesus Cristo que acolhe os crucificados (as pessoas, o meio ambiente) de uma economia sem coração e lutar para reconduzir a política ao seu propósito como “máscara” de Deus: produzir justiça econômica.

## Referências

ALTMANN, Walter. *Lutero e libertação*. Releitura de Lutero em perspectiva latino-americana. Edição revista e ampliada. São Leopoldo: Sinodal, EST. 2016.

BAYER, Oswald. *A teologia de Martim Lutero*. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

BEROS, Daniel C.; HOFFMANN, Martin; MOONEY, Ruth (Eds.). *Radicalizando a Reforma*. Outra teologia para outro mundo. São Leopoldo: Sinodal, EST, 2017.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Trad. Carmen C. Varriale et al. 2. ed. Brasília: Ed. da UNB, 1986.

BRANDT, Hermann. *O risco do Espírito: um estudo pneumatológico*. São Leopoldo: Sinodal, 1977.

CONFISSÃO DE AUGSBURGO. São Leopoldo: Sinodal, 1980.

EBELING, Gerhard. *O pensamento de Lutero*. Uma introdução. São Leopoldo: Sinodal, 1988.

HELMER, Christine (Ed.). *Lutero - um teólogo para tempos modernos*. Trad. Geraldo Korndörfer. São Leopoldo: Sinodal, EST, 2013.

LIVRO DE CONCÓRDIA. *As confissões da Igreja Evangélica Luterana*. Trad. Arnaldo Schüler. 4. ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1993

LUTERO, Martim. *Da liberdade cristã* (1520). 5. ed. revista e nova tradução. Trad. Walter Altmann. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

LUTERO, Martim. *Política, poder e resistência* (Da autoridade secular, até que ponto se lhe deve obediência) (1523). São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia: 2000.

LUTERO, Martim. *Magnificat*. O louvor de Maria. Aparecida: Santuário; São Leopoldo: Sinodal, 2015.

LUTERO, Martim. *Da liberdade do cristão* (1520). Prefácios à Bíblia (edição bilíngue). Trad. Erlon José Paschoal. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

LUTERO, Martim. O discurso de Lutero na Assembleia de Worms. In: LUTERO, Martinho. *Pelo Evangelho de Cristo*. Obras selecionadas de momentos decisivos da reforma. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1984, p. 143-152.

LUTERO, Martim. Dos concílios e da igreja. In: ID. *Obras selecionadas, Debates e controvérsias I*. Vol. 3. São Leopoldo/Porto Alegre; Sinodal: Concórdia, 1992, p. 300-432.

MOLTMANN, Jürgen. *A Igreja no poder do Espírito*. Uma contribuição à eclesiologia messiânica. Trad. Monika Ottermann. Santo André: Academia Cristã, 2013.

REBLIN, Iuri Andréas; SINNER, Rudolf von (Orgs.). *Reforma: tradição e transformação*. São Leopoldo: Sinodal, EST, 2016.

RIBEIRO, Claudio de Oliveira; ROCHA, Alessandro Rodrigues (Orgs.). *Ecumenismo e Reforma*. São Paulo: Paulinas, 2017.



SCHAPER, Valério G. “Cremos no Espírito Santo”: a atualidade de *O risco do Espírito*, de Hermann Brandt. In: ZWETSCH, Roberto E. (Org.). *Lutero e a teologia pentecostal*. São Leopoldo: Sinodal, 2017. p. 107-137.

STROHL, Henri. *O pensamento da Reforma*. São Paulo: ASTE, 1963.

WESTHELLE, Vitor. *O evento igreja: chamado e desafio a uma igreja protestante*. São Leopoldo: EST; Sinodal, 2017.

WESTHELLE, Vítor; ZWETSCH, Roberto E. (Eds.). *Fides et ratio: temas na teologia e filosofia suscitados por Lutero e a Reforma do século XVI*. São Leopoldo: Sinodal; EST; São Paulo: ASTE, 2017.

ZWETSCH, Roberto E. *Teologia e prática da missão em perspectiva luterana*. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2009.

ZWETSCH, Roberto E. *Missão como com-paixão. Por uma teologia da missão em perspectiva latino-americana*. 2. ed. revisada. São Leopoldo; Sinodal; Quito: CLAI, 2015.

ZWETSCH, Roberto E. *Lutero, justiça social e poder político. Aproximações teológicas a partir de alguns de seus escritos*. São Leopoldo: IHU/Unisinos, 2016 (Cadernos Teologia Pública, Ano XIII, nº 113).

ZWETSCH, Roberto E. Pobreza e riqueza diante dos cenários urbanos: deslocamentos na teologia latino-americana a partir da perspectiva intercultural. In: GMAINER-PRANZL, Franz; JACOBSEN, Eneida (Orgs.) *Teologia Pública - deslocamentos da teologia latino-americana*. v. 5. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2015. p. 79-122.

ZWETSCH, Roberto E. (Org.). *Conviver. Ensaios para uma teologia intercultural latino-americana*. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2015.

Trabalho submetido em 30/04/2018.  
Aceito em 14/05/2018.

Valério Guilherme Schaper

Doutor em Teologia pela Escola Superior de Teologia (EST-RS). Atualmente é professor assistente da Escola Superior de Teologia (EST-RS). E-mail: [valerio@est.com.br](mailto:valerio@est.com.br)

Roberto Zwetsch

Doutor em Teologia pela Escola Superior de Teologia EST. Professor do Departamento de Teologia na Escola Superior de Teologia (EST). E-mail: [rezwetsch@gmail.com](mailto:rezwetsch@gmail.com)